



Praça Chafia Chaib Baracat, nº 351, Vila Esperança – Santo Antônio de Posse – SF Tel. (19) 3896-9000 - email: <u>licitacao@pmsaposse.sp.gov.br -</u>

RESPOSTA AO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO

Ref.: Pregão Eletrônico nº. 109/2025

Proc. 2627/2025

Trata-se de resposta ao pedido de impugnação ao edital do Pregão Eletrônico nº. 109/2025, interposto pela sociedade empresária RC MOVEIS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA., cujo objeto é a aquisição de equipamento e derivados para o Pronto Socorro Municipal.

1. DOS FATOS:

Em síntese, após a publicação do referido certame, agendado para a data de 04 de agosto de 2025, houve pedido de impugnação pela Requerente, requerendo seja reformado o instrumento convocatório em razão de prazo de entrega exíguo do Edital.

Instada a se manifestar, a unidade de Saúde se manifestou no sentido de que procede as alterações propostas pelo impugnante.

É o breve relatório.

2. DA TEMPESTIVIDADE:

O pedido foi tempestivamente interposto, motivo pelo qual foi conhecido e passaremos a julgar o mérito.

3. DA ANÁLISE E DECISÃO:

Preliminarmente, há de se destacar que o procedimento aqui realizado (Pregão) tal ato deve ser praticado sem qualquer tipo de excesso de formalismo, sendo certo que deve ser rechaçado quaisquer requisitos, desde que tais exigências não prejudiquem a ampla competitividade ou a segurança jurídica das relações.

s 1/4

*



Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Posse
Praça Chafia Chaib Baracat, nº 351, Vila Esperança – Santo Antônio de Posse – SP
Tel. (19) 3896-9000 - email: licitacao@pmsaposse.sp.gov.br -

Por oportuno, também é de conhecimento desta Administração que excesso de formalismo compromete não só a competividade licitatória, como também é vedado ao agente público praticar situações que comprometem, restringem ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório.

Outrossim, os atos administrativos a serem realizados pela Administração devem ser pautados pelo princípio da Legalidade, expressamente previsto no artigo 37, caput, da Constituição Federal, o qual esclarece que a administração Pública está altamente atrelada a lei e somente pode fazer aquilo em que a lei permitir, nas palavras do Insigne doutrinador Hely Lopes Meirelles, em sua obra Direito Administrativa Brasileiro (25. Ed. São Paulo: Malheiros, 2000):

> "Na Administração Pública não há liberdade nem vontade pessoal. Enquanto na administração particular é lícito fazer tudo que a lei não proíbe, na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza". (grifo nosso)

Corroborando com tal situação, a lei de licitações é claríssima ao estabelecer os seguintes conceitos:

> Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da da razoabilidade. competitividade. proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Assim, da leitura dos artigos acima, conclui-se facilmente que a Administração Pública, sob pena de ilegalidade do ato e quebra da isonomia, NÃO PODE SE AFASTAR DO JULGAMENTO OBJETIVO DO CERTAME OU VINCULAÇÃO AO EDITAL.

Corroborando com tal entendimento, o Ilustre Doutrinador Matheus Carvalho, em sua obra "Manual de Direito Administrativo", Ed. Jus Podivm, 9ª Edição, ano 2021, assim nos esclarece:

Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Posse



Praça Chafia Chaib Baracat, nº 351, Vila Esperança – Santo Antônio de Posse – SP Tel. (19) 3896-9000 - email: licitacao@pmsaposse.sp.gov.br -

"A elaboração do edital pela Administração pública é livre e discricionária, na busca por satisfazer os interesses da coletividade; todavia, APÓS A SUA PUBLICAÇÃO, A ADMINISTRAÇÃO FICA VINCULADA ÀQUILO QUE FOI PUBLICADO. Com efeito, a discricionariedade administrativa se encerra com a elaboração do edital e, UMA VEZ PUBLICADO, SEU CUMPRIMENTO É IMPERATIVO". (destaquei)

Assim, dadas essas considerações iniciais, diante das informações conjuntas obtidas pela unidade Requerente (Secretária de Saúde) passaremos a esclarecer todos os pontos requeridos:

Quanto a impugnação realizada, a mesma foi avaliada pela unidade requisitante, a qual emitiu "ofício nº 695/2025" e nos seguintes termos:

Assunto: Resposta à Impugnação Apresentada - Pregão Eletrônico nº 109/2025 - Aquisição De Equipamentos e Derivados Para o Pronto Socorro Avançado.

A Secretaria de Saúde vem respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, em atenção à impugnação apresentada pela empresa RC MOVEIS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ: 02.377.937/0001-06, referentes ao Pregão Eletrônico nº 109/2025, cujo objeto é o Registro de Preços para Aquisição De Equipamentos e Derivados Para o Pronto Socorro Avançado, esta Secretaria Municipal de Saúde, após análise técnica da comissão responsável, apresentar as seguintes considerações.

A alegação quanto à inadequação do prazo de entrega originalmente estipulado no edital (15 dias corridos) foi cuidadosamente avaliada. Considerando que os produtos são fabricados sob demanda e exigem prazos técnicos mínimos para sua produção e logística, entendemos que a solicitação é pertinente e compatível com a realidade do mercado.

Dessa forma, informamos que o pedido de impugnação foi deferido, e o prazo de entrega será alterado para 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da emissão da Autorização de Fornecimento.

Nesse sentido, passaremos às conclusões.

4. DA DECISÃO

Diante do exposto, pelos fundamentos acima delineados, CONHEÇO do pedido de impugnação apresentada pela sociedade empresária RC MOVEIS E EQUIPAMENTOS

8

Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Posse



Praça Chafia Chaib Baracat, nº 351, Vila Esperança – Santo Antônio de Posse – SP Tel. (19) 3896-9000 - email: <u>licitacao@pmsaposse.sp.gov.br -</u>

HOSPITALARES LTDA., e no mérito JULGO PROCEDENTE, consequentemente, <u>fica</u> reagendada a data de sessão do Edital de Pregão nº. 109/2025 para a data de 12 de agosto de 2025, às 09:00 horas, nos termos acima mencionados.

Santo Antônio de Posse, 25 de julho de 2025.

LETICIA GRANZIER SECCHINATTO
PREGOEIRA

Ciente, De acordo.

Dr. Thiago G. Cardonia Procurador Municipal OAB/SP 352.084